
Alegrete RJ Participações S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Alegrete RJ Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alegrete RJ Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alegrete RJ Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de julho de 2018, sem ressalvas, com parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não

Alegrete RJ Participações S.A.

ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Alegrete RJ Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 20 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Alegrete RJ Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		18.044	15.618	Circulante		15.276	4.712
Caixa e equivalentes de caixa	3	21	106	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	1.956	739
Contas a receber	4	4.135	3.778	Fornecedores	11	6.322	909
Ativo financeiro	5	7.325	3.345	Obrigações trabalhistas a pagar		177	203
Créditos tributários	6	2.142	44	Encargos sociais a pagar		171	95
Ativos destinados à aplicação nas concessões		378	518	Encargos tributários a pagar	13	5.882	2.079
Adiantamentos	7	1.161	7.822	Impostos e contribuições parcelados	14	738	687
Partes relacionadas	8	2.873	-	Adiantamentos de clientes		30	-
Outros créditos	9	9	5				
Não circulante		4.185	623	Não circulante		7.936	7.320
Ativo financeiro	5	3.652	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	3.385	4.651
Imobilizado	9	366	406	Impostos e contribuições diferidos	13	2.430	-
Intangível	10	167	217	Impostos e contribuições parcelados	14	2.121	2.669
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(983)	4.209
				Capital social	15	2.334	2.334
				Reserva de lucros		313	1.875
				Prejuízos Acumulados		(3.630)	-
Total do ativo		22.229	16.241	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		22.229	16.241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alegrete RJ Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida dos serviços prestados	16	32.451	25.672
Custo dos serviços prestados	17	(30.519)	(22.312)
Lucro bruto		1.932	3.360
Despesas (receitas) operacionais		(3.027)	(3.004)
Despesas gerais e administrativas	18	(1.791)	(2.035)
Despesas comerciais		(877)	(37)
Outras receitas (despesas) operacionais		(359)	(932)
Resultado antes dos efeitos financeiros		(1.095)	356
Resultado financeiro		(204)	515
Despesas financeiras	19	(1.206)	(198)
Receitas financeiras	19	1.002	713
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e contribuição social	21	(1.299)	871
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20	(2.642)	(2.956)
Diferido		(1.251)	(136)
Prejuízo do exercício		(5.192)	(2.221)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alegrete RJ Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(5.192)	(2.221)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.192)</u>	<u>(2.221)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alegrete RJ Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de dividendos mínimos obrigatórios	Prejuízos Acumulados	Resultado do exercício	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.334	313	2.513	1.270	-	-	6.430
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.221)	(2.221)
Absorção de prejuízos através reserva de retenção de lucros	-	-	(2.221)	-	-	2.221	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.334	313	292	1.270	-	-	4.209
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.192)	(5.192)
Absorção de prejuízos através reserva de retenção de lucros	-	(313)	(292)	(1.270)	(3.317)	5.192	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.334	-	-	-	(3.317)	-	(983)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alegrete RJ Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.192)	(2.221)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	153	95
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	-	9
Juros apropriados sobre debêntures	616	348
Juros e correções monetárias sobre ativos financeiros	995	(673)
Tributos diferidos	1.331	3.092
(Aumento)/redução nos ativos:		
Contas a receber	(357)	1.027
Partes relacionadas	2.748	-
Ativo financeiro	3.839	5.865
Créditos tributários	(2.098)	2.002
Ativos destinados à aplicação nas concessões	140	152
Outros créditos	1.036	(6.276)
Aumento/(redução) nos passivos:		
Fornecedores	5.413	(126)
Obrigações trabalhistas a pagar	50	148
Obrigações tributárias a pagar	4.902	-
Impostos e contribuições a pagar e parcelados	(497)	(3.941)
Outros	30	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	13.109	(499)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(63)	(336)
Investimento no ativo financeiro	(12.466)	(4.646)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.529)	(4.982)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(665)	5.032
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(665)	5.032
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(85)	(449)
Caixa e equivalente de caixa		
Início do exercício	106	555
Final do exercício	21	106
	(85)	(449)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alegrete RJ Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, a sua sede está localizada na rua Cleber Santos de Carvalho, 22, Lojas 201, 203, 205 e 207, Vilar dos Teles, CEP 25576-261, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014, neste período a Companhia iniciou suas atividades.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

A concessionária receberá mensal a título de contraprestação pecuniária o montante de R\$ 2.429, e o valor estimado pelo prazo de 25 anos o montante total de R\$ 467. Os valores das contraprestações são corrigidos anualmente pela IGP-M (Índice geral de preços do mercado).

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 20 de maio de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Ativo Financeiro - Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.5 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

(i) Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

(ii) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48.

Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando tivesse sido estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

prático, a Companhia poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.8 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos intangíveis

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente.

A companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida Útil</u> <u>Estimada</u>
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e Periféricos	20
Máquinas e Equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.16 Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.18 Mudanças em políticas contábeis

2.18.1 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2018

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

. CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

. CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

2.18.2 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida mas não está em vigor para o exercício de 2018.

. CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima que a adoção desta norma resultará na contabilização de ativos de direto de uso e passivos de arrendamentos de uso nos valores de R\$143.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1	-
Aplicação liquidez imediata (a)	20	106
	<u>21</u>	<u>106</u>

(a) O Valor do saldo apresentado como caixa, tem seu saldo 99% aplicado em uma aplicação automática da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Este montante pode ser utilizado a qualquer momento pela Companhia, por isso está classificado como caixa e equivalente.

4 Contas a receber

a) Composição

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber faturado	2.976	2.707
Contas a receber a faturar (*)	1.159	1.071
	<u>4.135</u>	<u>3.778</u>

(*) O “contas a receber a faturar” corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição das contas a receber por vencimento:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber - faturado		
A vencer	-	1.418
Vencidos até 30 dias	1.049	190
Vencidos de 31 até 180 dias	1.907	-
Vencidos há mais de 181 dias	824	1.698
(-) Provisão perdas créditos liquidação duvidosa	(804)	-
	<u>2.976</u>	<u>3.306</u>
Contas a receber - a faturar		
A vencer	1.159	472
	<u>1.159</u>	<u>472</u>
	<u>4.135</u>	<u>3.778</u>

5 Ativo financeiro

a) Movimentação do ativo financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	3.345	3.890
Adições (receita de construção)	12.466	4.647
Juros e atualização financeira	994	673
Recebimento através da CIP (*)	(5.828)	(5.865)
Saldo final	<u>10.977</u>	<u>3.345</u>
TRAF (**)	19% a.a.	19% a.a.
Circulante	7.325	3.345
Não Circulante	3.652	-
	<u>10.977</u>	<u>3.345</u>

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo financeiro.

b) Serviços de construção

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de construção	12.466	4.647
Custos de construção	<u>(12.466)</u>	<u>(4.647)</u>

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

6 Créditos tributários

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
COFINS	301	-
PIS	65	5
Imposto de renda	1.285	29
Contribuição social	491	10
	<u>2.142</u>	<u>44</u>

7 Adiantamentos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamento a funcionários	2	4
Adiantamento a fornecedores (a)	1.159	7.818
	<u>1.161</u>	<u>7.822</u>

(a) O saldo de adiantamento a fornecedores referente ao contrato de empreitada global firmado entre a Alegrete e a Urbeluz, foi reclassificado em 2018 para partes relacionadas.

8 Partes Relacionadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Urbeluz Energética S.A. (a)	2.741	-
Créditos - Acordos Comerciais - Alegrete	132	-
	<u>2.873</u>	<u>-</u>

(a) Com o advento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, a controladora alienou junto a controlada, créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Imobilizado

a) Composição

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Computadores	78	(21)	57	32
Veículos	366	(198)	168	241
Benfeitorias em imóveis	143	(53)	90	104
Móveis e utensílios	15	(5)	10	12
Consórcio de veículos	41	-	41	17
	643	(277)	366	406

Segundo a Administração não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

b) Síntese da movimentação do imobilizado.

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciação do exercício	Saldo em 31/12/2018
Computadores	32	38	(13)	57
Veículos	241	-	(73)	168
Benfeitorias em imóveis	104	1	(15)	90
Móveis e utensílios	12	-	(2)	10
Consórcio de veículos	17	24	-	41
	406	63	(103)	366

10 Intangível

a) Composição

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Software e redes	250	(83)	167	32
	250	(83)	167	217

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Síntese da movimentação do intangível.

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortização do exercício	Saldo em 31/12/2018
Software e redes	217	-	(50)	167
	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>(50)</u>	<u>167</u>

11 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	4.126	909
Fornecedores a faturar (a)	2.196	-
	<u>6.322</u>	<u>909</u>

(a) Refere-se a serviços prestados de manutenção e implementação no parque de iluminação pública do município de São João do Meriti, já reconhecidos no balanço através de medições.

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa efetiva anual	Vencimento final	31/12/2018		31/12/2017	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Arrendamento mercantil	2,15%	dez/19	19	-	27	-
Debêntures - CDI	5,16%	mai/22	1.937	3.385	712	4.651
			<u>1.956</u>	<u>3.385</u>	<u>739</u>	<u>4.651</u>

Em 02 de junho de 2017, a Companhia emitiu 12.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1.000. As debêntures terão vencimento em 19 de maio de 2022, quando deverá ser integralmente paga pela emissora. A debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação positiva do certificado de depósito interbancário (CDI) + 0,4233% ao mês (juros compostos mensalmente), incidentes sobre o valor total da debênture emitida e não amortizada, em periodicidade mensal, por dias corridos, com base em um ano. A debênture será amortizada em 48 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com o primeiro vencimento em 19/06/2018 e último vencimento em 19/05/2022.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo Inicial em 31/12/2017	5.390
(-) Pagto Principal	(466)
(-) Pagto Juros	(199)
Provisão de Juros	616
Saldo Final em 31/12/2018	5.341

b) Composição por vencimento:

Ano de vencimento:	Saldo
2019	1.956
2020	1.676
2021	1.533
2022	176
	5.341

13 Encargos tributários a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
IRPJ a Recolher	2.816	682
CSLL a Recolher	1.241	287
PIS a Recolher	294	131
COFINS a Recolher	1.359	581
PIS diferido (*)	-	40
COFINS diferido (*)	-	187
Provisão ISS sobre Faturamento	54	54
Retenções de impostos	118	117
	5.882	2.079
Não circulante		
Imposto de renda diferido	1.339	-
Contribuição social diferido	482	-
PIS diferido	109	-
COFINS diferido	500	-
	2.430	-

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento PERT	-	-	63	698
Parcelamento COFINS	136	389	127	489
Parcelamento PIS	32	78	29	103
Parcelamentos ISS	28	-	114	-
Parcelamento CSLL	166	497	105	412
Parcelamento IRPJ	360	1.116	234	915
Parcelamento INSS	16	41	15	52
	738	2.121	687	2.669

15 Patrimônio líquido

15.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.334 composto por 2.334.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Urbeluz Energética S.A.	2.334.150	100%	2.334.150	100%
	2.334.150	100%	2.334.150	100%

15.2. Reserva de lucros

a) Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76, tal reserva é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente, limitada à 20% do capital social realizado. Neste exercício a Companhia não apresentou resultado positivo para constituição desta reserva, porém o saldo de R\$ 313 foi absorvido pelo prejuízo do exercício de 2018, assim, não restando saldo em 31 de dezembro de 2018.

b) Reserva de retenção de lucros

O saldo das reservas de retenção de lucros que era de R\$ 1.562 foi absorvido

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo prejuízo do exercício de 2018 no valor de R\$ 4.388 não restando saldo em 31 de dezembro de 2018.

16 Receita líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Venda de produtos	23	17
Receita com manutenção e gestão	22.774	23.524
Receita de construção	12.465	4.647
Impostos sobre vendas	(2.811)	(2.516)
	<u>32.451</u>	<u>25.672</u>

17 Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo com material aplicado	(688)	(492)
Custo de construção	(12.465)	(4.647)
Custo com pessoal	(1.648)	(1.983)
Custo com terceiros	(110)	(529)
Custo com energia	(14.336)	(13.856)
Custo com locação	(269)	(189)
Demais custos com veículos	(650)	(143)
Custo com depreciação e amortização	(153)	(95)
Outros custos	(200)	(378)
	<u>(30.519)</u>	<u>(22.312)</u>

18 Despesas administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas com honorários consultorias	(1.101)	(1.471)
Despesas com pessoal	(357)	(167)
Despesas com manutenção de sistema	(103)	(234)
Outras despesas administrativas	(230)	(163)
	<u>(1.791)</u>	<u>(2.035)</u>

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	7	35
Juros sobre ativo financeiro de concessão	994	673
Outras receitas	1	5
	<u>1.002</u>	<u>713</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6)	(10)
Juros sobre passivos financeiros	(173)	(23)
Juros sobre debênture	(641)	(348)
Juros sobre impostos	(313)	223
IOF	(5)	(16)
Outras despesas	(68)	(24)
	<u>(1.206)</u>	<u>(198)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(204)</u>	<u>515</u>

20 Provisão com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<i>Reconciliação da apuração do IRPJ e CSLL:</i>		
<i>Receitas recebidas</i>	24.506	27.390
<i>Presunção 32%</i>	7.842	8.765
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.642)	(2.956)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.251)	(136)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(3.893)</u>	<u>(3.092)</u>

21 Instrumentos financeiros

20.1 Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	21	21	106	106
Contas a receber	Custo amortizado	4.135	4.135	3.778	3.778
Ativo financeiro	Custo amortizado	10.977	10.977	3.345	3.345
Adiantamento a Fornecedores	Custo amortizado	1.161	1.161	7.822	7.822
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	6.322	6.322	909	909
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	5.341	5.341	5.390	5.390

Os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos custos amortizados são atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos referenciadas ao CDI, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado à cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial

21 Contingências

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2018, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Além disso, a Administração possui relações e transações com empresas de diretores estatutários relacionados a prestação de serviços, cuja avaliação de risco previdenciário e de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é passível de discussão no judiciário. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Conseqüentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências sobre fatos e circunstâncias cuja estimativa não seja confiável e que exista probabilidade possível de que exista saída de recursos para quitação de contingências.

22 Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários receberam em 2018 o montante de R\$ 523 (R\$ 523 em 2017), a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

23 Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

Entretanto, os contratos de seguros vigentes que a Companhia possui em 2018 são exclusivamente para seu imobilizado, representado para veículos e máquinas e equipamentos.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

<u>Serviços segurados</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil	07/2018 a 08/2019	10.374
Responsabilidade civil do empregador	07/2018 a 08/2019	50
Total de cobertura		10.424

Claudio R. de Leoni Ramos
Diretor Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1

* * *